

EDUCAÇÃO PARA TODOS: UM DIÁLOGO SOBRE UMA ESCOLA MAIS JUSTA

André Santiago BALDAN (andre_baldan@hotmail.com)
Caroline Borges ZANATO (carolborgesz@yahoo.com.br)
Universidade Cidade de São Paulo – UNICID
Faculdade Aldete Maria Alves - FAMA

A educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Mas será que somente a legislação assegura o acesso, a permanência e uma educação de qualidade para todos os alunos, independente de sua classe social, raça, gênero, dificuldade ou deficiência que possa ter? Será que esta escola garantida para todos é também uma escola justa? Ao falar de justiça na escola, não há garantia de que se conseguirá uma escola plenamente justa, mas há alguns princípios como a igualdade de base e a justiça corretiva que podem ser utilizados de maneira a tentar diminuir as desigualdades presentes dentro da escola. Tais medidas são possibilidades de tentar alcançar uma escola mais justa para todos os alunos, possibilitando o acesso a conhecimentos que oportunizem uma vida mais digna e talvez até menos injusta. Tendo em vista o que foi exposto, o presente trabalho busca discorrer sobre os princípios de justiça na escola, fundamentado em uma educação para todos, apresentando uma discussão a respeito do modelo de igualdade de oportunidades meritocráticos na educação, expondo os pontos negativos presentes em tal modelo e propondo os princípios de igualdade de base e de justiça corretiva como possibilidades de alcançar uma escola mais justa. Com base no objetivo proposto, a partir de revisão bibliográfica, estabelecer-se-á uma relação teórica com Dubet (2004), Crahay (2013) e Ribeiro (2013; 2014) a fim de elucidar tais indagações. Conclui-se que não há uma fórmula que garanta uma escola plenamente justa mas que, a partir dos princípios de igualdade de base e de justiça corretiva, é possível diminuir as desigualdades presentes na escola. Ainda não alcançamos uma justiça plenamente satisfatória, mas apenas possibilidades para o acesso à educação. É possível perceber, a partir dos princípios apresentados, que é garantido aos educandos um nível de conhecimento abaixo do qual nenhum aluno deveria estar, levando sempre em consideração as diferenças e desigualdades presentes na sociedade.

Palavras-chave: Desigualdades educacionais. Educação para todos. Justiça na escola.